

## **Marx, ciência e educação: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento**

### **Marx, science and education: transformative praxis as mediation on knowledge production**

Célia Regina da Silva  
Luiz Fernando da Silva  
Sueli Terezinha F. Martins<sup>1</sup>

#### **Resumo**

O texto descreve os pressupostos teórico-metodológicos que norteiam o trabalho do Núcleo de Estudos e Pesquisas “Psicologia Social e Educação: contribuições do Marxismo” (NEPPEM) que foi produzido coletivamente como preparação ao I Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (EBEM), cujo tema foi *Marx, Ciência e Educação: a práxis transformadora como mediação para a produção do conhecimento*. Neste sentido, enfatizamos que o referencial teórico marxista – fundado no materialismo histórico – apresenta-se como instrumental conceitual para criticamente analisar o modo de produção capitalista, sua evolução e crises, como também para negá-lo através de uma política revolucionária na luta de classes. Em seguida nos detemos na concepção de produção do conhecimento, na relação produção social e produção subjetiva, finalizando com a discussão do papel da escola nesse processo, entendendo a educação escolar no sistema capitalista com determinações classistas desde sua constituição, porém fornecendo também elementos para que se possa vislumbrar a superação dessa condição.

**Palavras-chave:** Marxismo; produção do conhecimento; educação; subjetividade.

#### **Abstract**

The following text describes theoretical and methodological principles that guide Studies and Research Group “Social Psychology and Education: contributions of Marxism” (NEPPEM). Such text was collectively produced as a preparation towards I Brazilian Meeting on Education and Marxism (I EBEM), named *Marx, Science and Education: transformative praxis as mediation on knowledge production*. In this sense, we emphasize that Marxist theoretical referential – based upon historical materialism – is presented as a conceptual framework in order to critically analyze capitalist mode of production, its evolution and crisis, and also to negate it through a revolutionary politic on class struggle. Later on, we detain over Marxists’ knowledge production conception, in the relation social production and subjective production, ending up with a discussion on the role of school. Scholar education on capitalist system is understood as constituted upon classist determinations, either offering, though, the elements that allow us foresight the surpassing of such condition.

**Key words:** Marxism; knowledge production; education; subjective production.

---

<sup>1</sup> Integrantes da comissão responsável pela redação deste texto, que foi discutido coletivamente pelos membros do Núcleo de Pesquisa *Psicologia Social e Educação: contribuições do marxismo* (NEPPEM): Alessandra dos Santos Santana; Angelo Antonio Abrantes; Bernardete Baccini; Célia Regina da Silva, Cristiane Pinheiro Gaion; Denise Stefanoni Combinato; Djacir Meyer Camargo; Eni de Fátima Martins; Fernando Ramalho Martins; Geraldo Antonio Bergamo; Gisele Toassa; Janete Marmontel Mariani; Juliana Campregheer Pasqualini; Luiz Fernando da Silva; Marcelo Dalla Vecchia; Natália Martins da Silva; Nilson Berencheitin Netto; Noraldino Chagas de Castro Neto; Roberto Della Santa Barros; Sueli Terezinha Ferreira Martins; Terezinha Mariuzzo.

***Não é possível pensar o marxismo para além e para fora da realidade onde ele se move, constrói e transforma***  
(DIAS, 2001, p.51)

O referencial teórico marxista – fundado no materialismo histórico – apresenta-se como instrumental conceitual para criticamente analisar o modo de produção capitalista, sua evolução e crises, como também para negá-lo através de uma política revolucionária na luta de classes. O marxismo demonstra que continua sendo a única base teórica para a compreensão crítica do modo de produção capitalista, e principal referência para a atuação transformadora do atual regime econômico e político fundado na propriedade privada. Duas passagens de Marx, em períodos distintos de sua produção intelectual, apresentam-se como norteadoras do materialismo histórico e nos servem como referencial para apreender a trajetória desse movimento: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX, 1978a, p.53). E se referindo ao método, afirma:

na sua forma racional, causa escândalo e horror à burguesia e aos porta-vozes de sua doutrina, porque sua concepção do existente, afirmando-o, encerra, ao mesmo tempo, o reconhecimento de sua negação e da necessária destruição dele; porque apreende, de acordo com seu caráter transitório, as formas em que se configura o devir; porque, enfim, por nada se deixa impor, e é, na sua essência, crítica e revolucionária (MARX, 1981a, p.17).

O marxismo como uma perspectiva teórica e metodológica embasada num complexo categorial necessariamente aberto e inconcluso, comporta uma ampla diversidade de desenvolvimento em sua própria história. No plano eminentemente acadêmico, podemos situar as correntes althusserianas, gramscianas, lukacsiana, além das correntes advindas da Escola de Frankfurt; no plano da prática política revolucionária, encontramos tendências leninistas, trotskistas e, de maneira cada vez mais destituídas de sentido classista, as correntes stalinistas. Nesse sentido, não trabalhamos com um “verdadeiro marxismo”, aquele que seria o norte central para aferir a ortodoxia maior ou menor em relação aos clássicos. Ou seja, a preocupação não coexiste com um “marxímetro” capaz de detectar a maior ou menor fidelidade às formulações marxistas clássicas. No entanto, entendemos que a prática política na luta de classes é a base orgânica sobre a qual, direta ou indiretamente, são desenvolvidas e ampliadas as formulações desse pensamento. Por sua vez, enquanto teoria crítica, o marxismo é capaz de explicar sua própria gênese e metamorfose. Nesse sentido, dois requisitos operam na reflexão marxista sobre o marxismo. De um lado, o materialismo histórico, em qualquer período, precisa antes de tudo ser considerado dentro da intrincada trama das lutas de classes nacionais e internacionais que o caracterizam, e cujo curso deve ser apreendido pelos seus próprios instrumentos de pensamento. A teoria marxista aplicada à compreensão e à transformação do mundo, sempre pretendeu uma unidade com a prática política capaz de transformá-la. A sua trajetória, nesse sentido, é determinada primariamente pelo destino dessa prática. Desta maneira, então, qualquer consideração sobre as correntes teóricas marxistas nas décadas passadas será antes de tudo uma história política do seu ambiente externo. O problema central não se encerra nesse eixo analítico que certamente em si reduziria a compreensão dessa própria teoria. Por outro lado, é fundamental a ênfase específica na história interna desse pensamento. Essa análise deve confrontar os obstáculos e bloqueios internos da teoria na sua tentativa mesma de se aproximar

de uma verdade geral da época. A análise da história interna, que envolve também cegueiras e obstruções cognitivas, assim como avanços teóricos e discernimentos de novos problemas, é essencial para compreendermos o desenvolvimento do pensamento marxista.

***As três fontes e as três partes integrantes do marxismo***  
(LÊNIN, 1913)

Considerando o que foi explanado anteriormente, esse é o desafio para os marxistas que queiram desenvolver a teoria marxista. Nesse sentido, a própria análise da gênese do materialismo histórico – base epistemológica nuclear do marxismo – precisa ser demarcada como terreno de disputa teórica e ideológica. Os pressupostos da concepção materialista histórica abordada constituíram-se a partir de pelo menos três determinações intelectuais existentes no século XVIII e XIX: filosofia alemã, economia política inglesa e historiografia francesa. Da **filosofia alemã**, a concepção materialista histórica apropria-se criticamente da perspectiva da dialética. A dialética (do grego, *pantarei*) encontrava-se em filósofos gregos, como Heráclito, que observava que “tudo muda”, “tudo se movimenta”, também desenvolvida em pensadores chineses. Mas foi Hegel quem a levou ao seu desenvolvimento: a realidade compreendida como em estado de *contínua mudança*, sendo totalidade em movimento e resultado de contradições internas dessa totalidade. A concepção de conhecimento como apreensão do real pelo pensamento, como interação entre sujeito e objeto. Em Hegel, a dialética é concebida como essencialmente idealista, sendo esta compreendida como real. Nesse sentido não seriam os homens e mulheres concretos os protagonistas de sua história, mas sim os “seres espirituais” que ocupariam seu lugar: as idéias, as ideologias, incluindo a religião. A **historiografia francesa**, especialmente em pensadores como François Quesnay, Augustin Thierry, Mignet, Guizot e outros, alimentada através das experiências revolucionárias burguesas dos séculos XVI e XVIII, questiona a tese generalizada até então de que seriam “os grandes homens que fazem a história”. Nesta historiografia desenvolvem-se os conceitos de classe social e luta de classes, como instrumentos para compreender a história, e serão assimilados de maneira crítica na concepção materialista histórica. Seus limites apresentavam-se da seguinte maneira: os conceitos são utilizados de maneira descritiva; as lutas ideológicas são sobrepostas aos conflitos por interesses materiais; os interesses e os combates das camadas (classes) mais pobres na sociedade são pouco considerados e geralmente de maneira marginal. Com o desenvolvimento do antagonismo entre trabalho assalariado e capital, na medida em que se desenvolve o século XIX, tais conceitos tornam-se cada vez mais secundarizados; por sua vez, as origens das classes sociais e do Estado não são explicados, considerados quase como eternos. A **economia política inglesa** seria a última mediação teórica na constituição da base do materialismo histórico. A partir de sua viagem à Inglaterra, Engels desenvolveu estudo sobre seu contato com essa ciência econômica, chegando antes mesmo de Marx a se debruçar sobre esse pensamento social, através do artigo, em 1844, nos *Anais Franco-Prussiano*. A questão da troca e sua explicação, tendo como tese central que a troca funda-se sobre a equivalência das quantidades de trabalho contidas na mercadoria. Ou seja, a teoria do valor-trabalho. Essa tese começa a ter seu refinamento já no século XVII por William Petty, depois no século XVIII em Adam Smith e, no início do século

XIX, em David Ricardo. Marx e Engels, inicialmente, resistiram em assumir essa tese. Por essa razão, não a verificamos como mediação categorial ainda na discussão que realizam em *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 1980). Em síntese, a edificação da teoria marxista – com a apropriação crítica da dialética pelo materialismo histórico, com os conceitos de classe social e luta de classes como instrumentos para se compreender o desenvolvimento histórico e com a teoria do valor-trabalho – se faz, principalmente, sobre esses três alicerces intelectuais: a filosofia alemã, a historiografia francesa e a economia política inglesa.

***Não há teoria revolucionária sem movimento revolucionário.***  
(LÊNIN)

Mas ainda existe uma outra determinante na constituição e desenvolvimento do materialismo histórico: a *atividade político-revolucionária*. A sua gênese configurou-se na primeira metade da década de 1840, mas ela vai ser dinamizada no fluxo revolucionário desse período e com estreitamento de relações de Marx e Engels com o movimento operário de então. Nesse sentido entendemos a passagem dos autores no *Manifesto do partido comunista* (1848):

Nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo que uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, a classe que traz em si o futuro. Do mesmo modo que outrora uma parte da nobreza passou-se para a burguesia, em nossos dias, uma parte da burguesia passa-se para o proletariado, especialmente a parte dos ideólogos burgueses que chegaram à compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto (MARX e ENGELS, 1981, p.25).

Das crises cíclicas do capitalismo que se desenvolviam nas sociedades industriais, especialmente na Inglaterra e países que passavam por revolução industrial, ao exemplo de 1816, 1825, 1836 e 1847, nossos autores percebem que “a luta de classes se aproxima da hora decisiva”. Diferente de períodos históricos anteriores, tais crises não se caracterizavam por catástrofes, epidemias e outras penúrias generalizadas na sociedade, mas sim por uma superabundância de mercadorias industriais e agrícolas e, por outro lado, pelo desaparecimento da moeda para sua compra. Em decorrência, o desemprego também se torna cíclico. Nesse quadrante histórico, setores intelectuais provindos da burguesia ligavam-se ao proletariado. E esse foi o caso de Marx e Engels. Sobre esse aspecto no materialismo histórico, cabe-nos ainda ressaltar o enorme tempo de Marx e Engels dedicado à organização política dos trabalhadores, ao exemplo do que ocorreu com a Liga dos Comunistas e a Associação Internacional dos Trabalhadores. Desde a década de 1840, os dois pensadores aproximam-se e se ligam organicamente ao movimento operário que se desenvolvia na época, através do qual publicizam suas descobertas e atuam também na organização de seções operárias. Estiveram na organização da seção belga e parisiense da Liga dos Justos. Em 1847 recebem a tarefa de elaborar um panfleto para a então Liga dos Comunistas, no qual estariam as concepções dos comunistas e suas propostas para a sociedade. Atuam em um período revolucionário, crivado por crises cíclicas do capitalismo. Depois da onda revolucionária de 1848, e a consolidação do capitalismo nos anos seguintes, Marx passa a se dedicar

exaustivamente em seu projeto da Crítica da Economia Política. Posteriormente, Marx e Engels, estarão na constituição da Associação Internacional dos Trabalhadores, em 1861. Na base do *materialismo histórico*, portanto, encontra-se desde sua origem a questão da revolução e da constituição e organização do sujeito (coletivo) histórico. A teoria do materialismo histórico seria desenvolvida por uma parcela do movimento operário da época. Neste sentido, cabe uma passagem do *Manifesto do partido comunista* sobre o papel dos comunistas, como Marx e Engels se consideravam:

Os comunistas [...] *compreendem teoricamente*, adiante da massa de proletários, as condições, a evolução e os resultados mais gerais do movimento proletário. O que caracteriza o comunismo não é a supressão da propriedade em si, mas a supressão da propriedade burguesa. Porém, a propriedade moderna constitui a última e mais completa expressão do modo de produção e apropriação baseado em antagonismos de classes, na exploração de uma classe por outra. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua *teoria* em uma única expressão: supressão da propriedade privada (MARX e ENGELS, 1981, p.44-5).

***Eu sustento que a única finalidade da ciência está em aliviar  
a miséria da existência humana  
(BRECHT)***

É importante ressaltar ainda, que os pressupostos e categorias do materialismo histórico são uma concepção de produção de conhecimento. A categoria central na perspectiva marxista é a categoria de totalidade. Essa entendida como unidade dos contrários, síntese de múltiplas determinações. Dessa dimensão desdobram-se outras mediações categoriais que permitem analisar o modo de produção capitalista, à medida em que nos possibilita superar a dimensão fenomênica e desvelar as determinações que se apresentam em uma realidade social. As mediações contraditórias, em constante conexão com as diversas determinações, permitem compreender o processo em movimento, e que se intercambiam em suas contradições, enquanto concreto pensado. Mediações têm aqui sentido lógico, referente ao movimento das categorias no materialismo histórico. Elas são a abstração das medições (meios, ferramentas, signos, processos) do movimento do real. No volume VI de *O Capital*, Marx afirma que “toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (1981c, p.939), apresentando uma crítica à análise fenomenológica ou descritiva que toma o fenômeno tal como aparece externamente. Vygotski (1995), confirma tal visão quando afirma que se

todos os objetos fossem fenotípica e genotipicamente equivalentes (isto é, se os verdadeiros princípios de sua construção e operação fossem expressos por suas manifestações externas), então, a experiência do dia a dia seria plenamente suficiente para substituir a análise científica. Tudo o que vimos teria sido sujeito do conhecimento científico (p.103-4).

Ou seja, a produção do conhecimento na perspectiva do materialismo histórico, pressupõe ir além da aparência do fenômeno, buscando revelar as relações dinâmico-causais reais subjacentes e captar as mediações que o determinam e o constituem, contribuindo para que o concreto abstrato transforme-se em concreto pensado, “uma rica totalidade de determinações e

relações diversas” (MARX, 1978b, p.116). Neste sentido, caracteriza-se fundamentalmente enquanto análise do processo e não do objeto, sendo, portanto, uma análise explicativa e não descritiva.

***Sua concepção do existente ... por nada se deixa impor, e é,  
na sua essência, crítica e revolucionária.***  
(MARX, O Capital)

No prefácio de *Para a crítica da economia política* (1857), encontram-se as linhas principais do materialismo histórico. Marx considera que as relações jurídicas, tais como a forma de Estado, não poderiam ser compreendidas em si mesmas, nem a partir do desenvolvimento do espírito humano, mas teriam raízes nas relações materiais da vida. Estas consistiriam na produção social da própria vida, na qual “os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais” (MARX, 1978b, p.129). A totalidade dessas *relações de produção* forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma *superestrutura jurídica e política* e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O *modo de produção da vida material* condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Desde o momento em que o homem autonomiza-se relativamente da natureza para passar a atuar e transformá-la, ele começou a submetê-la às suas necessidades. O homem passou então a ser um *produtor* e essa produção não ocorre apartada de outros homens.

Entretanto, nas condições capitalistas, as relações do homem com a natureza passam a ter um caráter exploratório na medida em que aquele não busca extrair desta apenas aquilo que virá a suprir suas necessidades; de outro modo, ele passa a produzir objetos não somente com o objetivo de consumo, mas fundamentalmente voltados para a troca, que Marx denomina como mercadorias.

No processo de produção de mercadorias, o homem transforma a si mesmo, mais especificamente sua força de trabalho em mercadoria. Porém, na medida em que isso ocorre, ele afasta-se cada vez mais do produto de sua produção, e este, por sua vez, vai ganhando autonomia em relação ao seu produtor, como se tivesse vida própria para além da vontade de quem o produziu. Para Marx (1981a) uma mercadoria, mesmo sendo produto do trabalho do trabalhador, escapa ao seu controle assumindo relativa autonomia e exercendo um poder sobre seu produtor. Tal fenômeno é denominado pelo autor como “o fetiche da mercadoria”.

A *produção da vida humana* sempre foi *produção social*. Nesse sentido, dimensão central do materialismo histórico é o *trabalho (enquanto atividade social)* como mediação da sociabilidade humana, criador de riqueza e possibilitador da transformação humana. Na concepção materialista histórica, as classes sociais surgem em determinado momento do desenvolvimento das sociedades, passando por diversos estágios de organização social: de sociedades comunistas primitivas sem classes, constituindo-se em diferentes formações sociais de classes, até a sociedade futura, comunista. Os homens, nesses diferentes períodos, se produzem e reproduzem enquanto espécie através do *trabalho social*. Os produtos desse trabalho distribuem-se na sociedade da seguinte maneira: 1) uma parte de produtos mantém e reproduz os produtores e os instrumentos

de trabalho necessários à produção e, 2) o sobreproduto social que, a medida que se potencializa, desenvolve a divisão da sociedade em classes sociais, concentra-se em uma classe política e ideologicamente dominante. Nesse caso, isso significa que uma parcela da sociedade afasta-se da produção de sua própria existência e se mantém através do *trabalho social* da maioria da sociedade. Esta por sua vez, mantém submetida à coerção extra-econômica ou econômica, através do poder político-militar centralizado.

A partir do que está afirmado acima, para o materialismo histórico a realidade material existe *independente* dos desejos, paixões, intenções e idéias dos que a interpretam. Ela é realidade objetiva, que o pensamento procura explicar. O pensamento não se identifica inteiramente com a realidade objetiva, principalmente porque a transformação do real precede o desenvolvimento do pensamento. A dialética da história é a dos seres humanos reais e concretos, não a dialética do homem em geral. O movimento de emancipação real se dá ao longo da história, em meio às suas contradições, não sendo, portanto, uma “emancipação espiritual”. Não é “liberdade do espírito”, mas conquista contínua do espaço material da vida e de liberdade, de possibilidade e de fruição. Esta “emancipação real” da classe trabalhadora, portanto, é o que permite, aí sim, a “emancipação e liberdade do espírito” (entendido aqui como subjetividade humana) das agruras, misérias, injustiças e exploração. Essa, ao nosso entender, configura-se como a base principal do materialismo histórico, que adveio de intenso processo intelectual e político demarcado a partir da elaboração de *A ideologia alemã* (1845), de Marx e Engels.

O percurso teórico de Marx até a elaboração de *O capital* apresenta a proposição de que as relações de produção capitalistas dissimulam-se para detrás de uma aparência técnica, ou seja, da relação entre o trabalhador e a máquina. Nesse sentido, as forças produtivas seriam determinadas em sua natureza e tipo de desenvolvimento pelas relações de produção vigentes, assim como pela luta de classes, que tais relações condicionam. Essa determinação remete, em diferentes graus, ao conjunto das forças produtivas.

***O animal utiliza a natureza, o homem a governa.***  
(VYGOTSKI, 1931)

Os homens, ao mesmo tempo que desenvolvem a sua produção material e as suas relações materiais, “transformam, com esta realidade que lhes é própria, o seu pensamento e os produtos desse pensamento. Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” (MARX; ENGELS, 1980, p.26). O impacto da produção material no desenvolvimento das funções psíquicas superiores é visível. As funções psíquicas eram antes relações sociais. São, portanto, “relações interiorizadas de ordem social, são o fundamento da estrutura social da personalidade. [...] toda sua natureza é social; inclusive ao converter-se em processos psíquicos segue sendo quase-social. O homem, inclusive sozinho consigo mesmo, conserva funções de comunicação”. Em síntese, “a natureza psíquica do homem vem a ser um conjunto de relações sociais trasladadas ao interior e convertidas em funções da personalidade e em formas de sua estrutura” (VYGOTSKI, 1995, p.151). Deste modo, Vygotski chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento das funções psíquicas especificamente humanas, que ele denomina de funções psíquicas superiores (cujas características principais são a consciência refletida e o controle deliberado, processos de domínio dos meios externos do desenvolvimento

cultural e do pensamento), depende de leis sociais objetivas e ocorrem por meio da apropriação da produção social acumulada historicamente. Esse processo especificamente, não está submetido às leis biológicas, mas às leis sócio-históricas: as desigualdades entre os homens não provêm das suas diferenças biológicas naturais. Elas são produtos da desigualdade econômica (LEONTIEV, 1978).

Desse modo, o desenvolvimento das funções psíquicas humanas ocorre ao longo de toda a história da humanidade. Nesse processo, para a produção e reprodução da vida, os homens em relação com seus pares, criam e utilizam ferramentas como meios auxiliares para executar determinadas atividades. A complexificação de formas rudimentares vai implicando na criação de um sistema de significação, de signos enquanto meios auxiliares. Os instrumentos e sinais utilizados para mediar os processos humanos sociais e psicológicos são a chave para compreender o desenvolvimento cultural humano. Vygotski, Luria e Leontiev defendem que, no processo histórico de produção social, a linguagem, ferramenta cultural, se constitui enquanto ferramenta auxiliar do pensamento. O trabalho possibilitou estas transformações e a projeção humana da vida no tempo, fazendo com que ações diretas sobre o meio social fossem substituídas por atos mediados, sem a necessidade de utilizar ferramentas externas.

A similitude entre o signo e a ferramenta se baseia na sua função mediadora comum em ambos. Por isso, e desde o ponto de vista psicológico, podem incluir-se ambos em uma mesma categoria [...] do ponto de vista lógico, tanto um como o outro pode considerar-se como conceitos subordinados de um conceito mais geral: a atividade mediadora (VYGOTSKI, 1995, p.93).

No entanto, o autor sublinha que existe entre eles uma diferença essencial:

por meio da ferramenta o homem influi sobre o objeto de sua atividade; a ferramenta está dirigida para fora [...] É o meio da atividade exterior do homem, orientado a modificar a natureza. O signo não modifica nada no objeto da operação psicológica: é o meio de que vale o homem para influir psicologicamente, em sua própria conduta, como na dos demais; é um meio para sua atividade interior, dirigida a dominar o próprio ser humano: o signo está orientado para dentro (p.94-5).

É a partir dessa passagem para a atividade mediadora, que as funções psicológicas superiores são formadas, caracterizando-se como funções psicológicas mediadas. Elas aparecem duas vezes no decurso do desenvolvimento do homem: “a primeira vez, nas atividades coletivas, nas atividades sociais, ou seja, como funções intersíquicas; a segunda, nas atividades individuais, como propriedades internas do pensamento, ou seja, como funções intrapsíquicas (VYGOTSKI, 1988 p.114)”.

Dessa perspectiva, pode-se afirmar que o desenvolvimento do psiquismo humano se dá a partir do processo do trabalho que envolve a transformação da natureza pelo homem ao mesmo tempo em que ele próprio é transformado por sua ação. Portanto, a relação do homem com trabalho é um dos determinantes de sua formação humana. Tal proposição nos leva a resgatar a função que a institucionalização do processo educativo assume para a formação dos indivíduos no sistema capitalista, destacando as bases materiais a partir das quais isso se torna possível.



***O movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com educação.***  
(LEONTIEV, 1978)

Em sua essência, o processo educativo coloca-se a serviço da formação humana singular, tendo em vista que o aparato biológico, apesar de garantir uma estrutura biológica que nos define enquanto espécie humana diferente de outras espécies animais, por si só, não é capaz de garantir aspectos da formação do indivíduo, relacionados ao gênero humano. Estes só podem ser transmitidos através da relação dos indivíduos com outros seres humanos e com os produtos das produções humanas, como afirma Leontiev:

O homem não nasce dotado das aquisições históricas da humanidade. Resultando estas do desenvolvimento das gerações humanas, não são incorporadas nem nele, nem nas suas disposições naturais, mas no mundo que o rodeia, nas grandes obras da cultura humana. Só apropriando-se delas no decurso da sua vida ele adquire propriedades e faculdades verdadeiramente humanas (1978, p.282-283).

O modo como esse potencial formativo que a educação assume no processo de desenvolvimento dos indivíduos é utilizado pela classe dominante no modo de produção capitalista é analisado no livro *Marx e Engels - Textos sobre educação e ensino* (MASPERO, 1992). Esse texto reúne trechos da obra dos referidos autores em que ambos remetem-se às questões relacionadas ao tema educação e ensino. O autor destaca que, para Marx e Engels, é também a partir do processo de trabalho, por meio da divisão do trabalho, que se desenvolve a necessidade de formação da força de trabalho e, com ela, a educação formal institucionalizada. Isto ocorre porque o modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração da força de trabalho tendo como consequência a extração de mais-valia. Desse modo, só é produtivo o trabalho que gera mais-valia, sendo, portanto fundamental que a força de trabalho esteja em condições de gerá-la. Por sua vez, a qualificação necessária para que os indivíduos desenvolvam força de trabalho com condições de gerar mais-valia é obtida através da educação e do ensino. De acordo com Maspero (1992), para Marx e Engels:

O sistema de ensino é entendido assim como uma concreta qualificação da força de trabalho que alcançará seu aproveitamento máximo se conseguir também o ajuste e a integração dos indivíduos no sistema - única maneira de não desperdiçar sua força de trabalho, mas sim aproveitá-la. Dito de outra forma: reproduz o sistema dominante, tanto a nível ideológico quanto técnico e produtivo. (p.6)

Tal proposição é reiterada por Saviani ao afirmar que foi com vistas a atender os interesses da classe burguesa que se consolidara no poder no início do século XIX que, em alguns países, constituíram-se os sistemas nacionais de ensino cuja organização orienta-se pelo princípio de que todos teriam direito à educação. Essas origens da instituição escolar conferem-lhe caráter diretamente atrelado à ideologia burguesa dominante, sendo, portanto, um instrumento de reprodução das relações de produção e, conseqüentemente, da dominação e da exploração

(SAVIANI, 1986, p. 9-34).

Nessa análise cabe destacar que o aparato escolar tal como é organizado no modo de produção capitalista, cumpre antes de tudo a função, essencialmente ideológica, de tornar a exploração da força de trabalho um fato natural. Isto ocorre porque a divisão do trabalho nesse modo de produção tem como efeito a separação entre os tipos de atividades (intelectual e material), cuja decorrência é uma divisão social e técnica que, inevitavelmente, torna-se determinante para o desenvolvimento do indivíduo. Tal aspecto aponta-se como ponto chave para a compreensão das circunstâncias em que se produz a exploração dos trabalhadores. (MASPERO, 1992, p.3)

No entanto, as análises até aqui apresentadas, além de contribuir para a compreensão de que a educação escolar institucionalizada, no sistema capitalista, possui tais determinações classistas desde sua constituição, fornece também elementos para que se possa vislumbrar a superação dessa condição. Ou seja, o que se propõe não é o fim da escola, mas ao contrário, de acordo com Maspero, para Marx e Engels, somente acentuando as contradições do capitalismo e desenvolvendo suas possibilidades é que essa superação pode se realizar.

Neste caso, não se trata de voltar à situação pré-escolar, à instrução baseada na leitura bíblica ao amor do fogo, muito pelo contrário. As propostas de Marx e Engels se movem num horizonte bem concreto: criticar a atual instituição escolar e mudá-la (MASPERO, 1992, p.4).

Portanto, para o desenvolvimento do indivíduo, é fundamental que a educação escolar e, em última instância, o educador cumpra o papel de mediar a apropriação do saberes sistematizados, os quais surgem como respostas às necessidades concretas enfrentadas pelos indivíduos em sua prática social no processo histórico. E, se por um lado, tal mediação forma o indivíduo enquanto força de trabalho necessária para a manutenção do sistema capitalista, por outro é também por meio da aquisição desses saberes que se originam os elementos para que os indivíduos atuem no meio social numa perspectiva de resistência ao que está posto.

Com isso, conclui-se a apresentação dos pressupostos marxistas e seus desdobramentos teórico-metodológicos no que diz respeito à organização social vigente, conforme a nossa compreensão. São esses os pressupostos que têm orientado nossos estudos, pesquisas e práticas.

*Fustiguemos a carroça da história.*  
(MAIAKOVSKI, 1981)

## Referências bibliográficas

BRECHT, Bertolt. *Poemas* – 1913/1956. Seleção e tradução Paulo César de Souza. 6ª ed., São Paulo: Ed. 34, 2001.

DIAS, E.F. Sobre o marxismo contemporâneo. IN: ENCONTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA, V, 2001, Bauru. *Anais - O método materialista histórico dialético*. ABRAPSO (Bauru): ABRAPSO, 2001, p.51-57.

- LÊNIN, V.I. (1913) *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*.
- LÊNIN, V.I. (1917) *O Estado e a revolução*. São Paulo: HUCITEC, 1983.
- LEONTIEV, A.N. (1972) O homem e a cultura. In:\_\_\_\_. *O desenvolvimento do psiquismo*. Trad. Manuel D. Duarte. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978, p.261-284.
- MAIAKOVSKI, V. *Antologia poética*. Trad. E. Carrera Guerra. São Paulo: Max Limonad, 1981. p.116.
- MARX, K. (1845) Teses contra Feuerbach. In: GIANNOTTI, J.A. (Org.). MARX. Tradução José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 2ª ed., São Paulo: Abril Cultural, 1978a. p.49-53. (Os Pensadores)
- MARX, KARL. (1859) Para a crítica da economia política. In: GIANNOTTI, J. A.(Org.). MARX. Tradução José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978b. p.101-132.
- MARX, K. (1867) *O capital*. (Crítica da economia política). Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981a. Livro Primeiro, Vol.I.
- MARX, K. (1894) *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981b. Livro III, vol. VI.
- MARX, K. (1894) O processo global da produção capitalista. In:\_\_\_\_. *O capital*. (Crítica da economia política). Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981c. Livro Terceiro, Vol. VI. P.703-1079. (Perspectivas do Homem, 38-E)
- MARX, K.; ENGELS, F. (1845) *A ideologia alemã*. 4ª ed. Brasil/Portugal: Martins Fontes/Presença, 1980.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1848) Manifiesto del partido comunista. Moscú: Progreso, 1981.
- MASPERO, F. (Org.). *Marx e Engels*. Textos sobre educação e ensino. 2ª ed., São Paulo: Moraes, 1992.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia*. 10ª.ed. Autores Associados, 1986.
- VIGOTSKII, L.S. (1933) Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In: VIGOTSKII, L.S., LURIA, A.R., LEONTIEV, A.N. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988. p.103-17.
- VYGOTSKI, L.S. (1931) Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. In:\_\_\_\_. *Problemas del desarrollo de la psique*. Tradução Lydia Kuper. Madrid: Visor Dist., 1995. p.181-285. (Obras escogidas, III)